

política

Leite pode levar RS para a pauta nacional, diz Lemos



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Ao contrário de outros pré-candidatos ao governo do Estado - como o deputado federal Luciano Zucco (PL) e o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edgar Pretto (PT) - o sucessor do governador Eduardo Leite (PSD) no RS, o vice Gabriel Souza (MDB), ainda não está em campanha para a eleição de outubro de 2026. Essa é a avaliação de um dos homens de confiança de Leite no Palácio Piratini, o chefe da Casa Civil, Artur Lemos (PSD).

Como Gabriel ainda não está em campanha, Lemos considera positivo o desempenho do vice-governador nas pesquisas de intenção de voto. Na pesquisa Real Time Big Data divulgada nesta terça-feira (17), Zucco aparece com 31% das intenções de voto; Juliana Brizola (PDT), com 24%; Pretto, com 19%; e Souza, com 13%.

“A gente avalia os números como positivos, porque o vice-governador não está em campanha ainda, diferente dos demais candidatos”, analisou Artur Lemos - que acredita que o nome de Gabriel vai deslanchar quando ele passar a se dedicar integralmente à campanha.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, o chefe da Casa Civil avalia ainda que uma eventual candidatura à presidência da República do governador Eduardo Leite poderia colocar as pautas do Rio Grande do Sul no cenário nacional.

Jornal do Comércio - Hoje, o governador Leite é pré-candidato à presidência pelo PSD. Como ficaria o governo do Estado no caso de Eduardo Leite renunciar para concorrer ao Planalto?

Artur Lemos - O vice-governador Gabriel Souza (MDB), que é pré-



Artur Lemos avalia governo na perspectiva do cenário eleitoral

-candidato ao governo do Estado, teria todas as condições de conduzir a gestão pelo tempo remanescente, como ele tem mostrado isso nos debates. De qualquer forma, a candidatura à presidência da República de um político do Rio Grande do Sul tem uma relevância importante, porque seria um nome que compreende a região Sul. Isso poderia ser um artifício importante na condução de políticas públicas para o Brasil, com essa visão voltada ao Rio Grande do Sul. Esse é um desafio maior.

JC - A candidatura de Leite poderia colocar o Rio Grande do Sul na pauta nacional...

Lemos - Hoje, o governador Eduardo Leite é pré-candidato à presidência da República, o que seria muito importante para o Rio Grande do Sul e mais ainda para o Brasil, porque há essa sensibilidade de saber o que são as dores dos dias atuais.

JC - O Rio Grande do Sul talvez precise de uma integração maior com o governo federal para se desenvolver...

Lemos - Precisamos conhecer a realidade de uma região que enfrenta dificuldades. Além disso, (no cenário

nacional) o Rio Grande do Sul perdeu muitos representantes. Não estou falando apenas de candidatos à presidência da República. Hoje não temos um ministro de Estado do Rio Grande do Sul. No STF, também não temos um gaúcho. No STJ, perdemos... Então, assim, (perdemos) posições importantes de pessoas que poderiam levar à atualização da realidade do Sul (no governo federal).

JC - O governador poderia dar essa contribuição no Senado também?

Lemos - As contribuições podem partir de qualquer cenário. Claro que, na condição de presidente da República, você tem muito mais condições, porque tem a caneta para tirar as medidas do papel. Qualquer outra posição, a contribuição seria no campo das ideias, no campo da contribuição. Claro que parte dessas pautas passam pelo Senado, por isso, é importante avaliar uma eventual candidatura ao Senado. Mas, eventualmente, se estiver fora (do Legislativo ou Executivo), existem outras formas de contribuir. Os partidos políticos existem para isso. Daí a estratégia do nosso presidente nacional, (Gilberto) Kassab, de o PSD ter uma das maiores bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado.

JC - O que seria melhor para a candidatura de Gabriel Souza: assumir o governo e dividir o tempo entre o Piratini e a campanha; ou que o governador Eduardo Leite seguisse no cargo até o fim do mandato, deixando o vice mais livre para se dedicar à campanha?

Lemos - Na história, não há uma resposta peremptória. O desfecho positivo passa justamente pela boa avaliação do governo. Inclusive, uma das últimas pesquisas mostra que o governo do RS tem 59% de avaliações positivas. Isso, sim, fortalece o nosso candidato. E, da mesma forma, atuar na campanha política também vai ser um diferencial. Porque ele (Gabriel) não está em campanha. Os outros candidatos estão.

Prefeito Melo divulga programação do aniversário de Porto Alegre

/ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

No mês de aniversário de Porto Alegre, o prefeito Sebastião Melo (MDB) visitou o Jornal do Comércio nesta quarta-feira, 18 de março, quando apresentou a programação em comemoração aos 254 anos da cidade.

Além disso, Melo também falou sobre suas expectativas relacionadas ao projeto de revisão do Plano Diretor que tramita na Câmara Municipal de Porto Alegre, o esforço da prefeitura para reequilibrar as contas públicas desde a enchente de 2024 e garantiu que

deve permanecer à frente do Paço Municipal até o fim do seu segundo mandato.

Uma ala dentro do MDB acredita que Melo seria um candidato competitivo para concorrer ao governo do Estado nas eleições de 2026. A entrevista especial completa com o prefeito de Porto Alegre será publicada na segunda-feira (23). Melo foi recebido pelo diretor-presidente do JC, Giovanni Jarros Tumelero, na sede do Jornal do Comércio. O prefeito veio acompanhado pelo secretário municipal de Comunicação, Luiz Otávio Prates.



Prefeito foi recebido pelo diretor-presidente do JC, Giovanni Jarros Tumelero

Leilão do Bloco 1 de concessões rodoviárias pode sair neste semestre

/ RODOVIAS

Após a suspensão do leilão do Bloco 2 de concessões rodoviárias no Rio Grande do Sul, o governo do Estado pretende relançá-lo ainda no primeiro semestre de 2026. Conforme o chefe da Casa Civil, Artur Lemos (PSD), o Palácio Piratini incluiu alguns ajustes sugeridos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

A suspensão do Leilão - marcado inicialmente para 13 de março - foi motivada pelas críticas à modelagem do Bloco 2, que incluíam reclamações sobre o preço alto das tarifas, previstas em R\$ 0,19 por quilômetro rodado. O TCE chegou a publicar um relatório fazendo apontamentos e pedindo informações ao governo do Estado sobre a modelagem. Esse documento foi crucial para os deputados estaduais abrirem uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as concessões rodoviárias nos blocos 1, 2 e 3.

“Houve a suspensão do Bloco 2, porque introduzimos as alterações advindas do Tribunal de

Contas. Então, foram pura e simplesmente essas adequações. Hoje, temos um parecer do TCE, que já não apontava nenhuma irregularidade antes, e também não aponta agora. Então, agora é remarcar o Leilão e fazer um esforço para que tenham interessados na concessão”, projetou Artur Lemos.

Ao participar da palestra-almoço Tã na Mesa nesta quarta-feira na Federasul, o governador Eduardo Leite (PSD) disse que o leilão do bloco 1 também deve sair em breve. “Posso antecipar que vai ter uma redução bastante considerável na tarifa que estava projetada inicialmente em R\$ 0,21 por quilômetro rodado. Estamos trabalhando para diminuir o máximo possível. E também vai haver uma revisão nos pontos de cobrança, porque havia demandas legítimas de redução desses pontos na cobrança Free Flow. Claro que isso vai ter impacto no cronograma de obras, vamos ter que ver o que vai ser feito, mantendo o que é crítico para o sistema viário e logístico da Região Metropolitana”, disse Leite na Federasul.

Piratini pensa solução de saneamento em cidades menores

/ GOVERNO DO ESTADO

O governo do Estado vai propor à Assembleia Legislativa uma solução aos municípios pequenos do interior do Rio Grande do Sul, que não são atendidos pela Corsan nos serviços de saneamento básico. A ideia é agrupá-los para que, com

a ajuda do Estado, consigam captar recursos no setor privado para os investimentos nessa área - visto que o Marco Legal do Saneamento Básico prevê a universalização do tratamento de esgoto até 2033.

A solução visualizada pelo chefe da Casa Civil, Artur Lemos, para esses municípios é “a atuação

conjunta sobre o apoio do governo do Estado para que se consiga ‘parceirizar’ (os serviços de água e esgoto) nas suas realidades, (para que se consiga construir) caminhos para que investidores possam ver como um mercado favorável. O recurso público não é suficiente para conseguir abarcar isso.”